

AUTÓGRAFO Nº 281, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Sumaré para o exercício de 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta lei orça a receita e fixa a despesa do Município de Sumaré para o exercício de 2023, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 165 da Constituição Federal, Lei Federal nº 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais legislações Infra-Constitucionais e na forma de Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta e Indireta instituída ou mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta instituída ou mantidas pelo Poder Público.

**SEÇÃO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 2º A receita total orçada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de **R\$ 1.219.989.000,00 (um bilhão, duzentos e dezenove milhões, novecentos e oitenta e nove mil reais)**.

Parágrafo único. Estão incluídos no total referido no “caput” deste artigo, os recursos próprios das autarquias, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Art. 3º A receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observado o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	(valores em R\$)
1100-Impostos, taxas e contribuições de melhoria	286.484.300,00
1200-Receita de Contribuições	53.529.266,56
1300-Receita Patrimonial	24.504.500,00
1600-Receita de Serviços	4.185.800,00
1700-Transferências Correntes	803.858.965,61
1900-Outras Receitas Correntes	19.593.371,26
7000-Receita Correntes Intra-Orçamentárias	81.102.183,44
2000-Receitas de Capital	48.938.613,13
(-) Deduções de Receitas para Formação do FUNDEB	102.208.000,00
Total da Receita Líquida	1.219.989.000,00

Parágrafo único. Durante o exercício financeiro de 2023 a receita poderá ser alterada de acordo com a necessidade de adequá-la à sua efetiva arrecadação.

Art. 4º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, no mesmo valor da receita total, é de **R\$ 1.219.989.000,00 (um bilhão, duzentos e dezenove milhões, novecentos e oitenta e nove mil reais)**, sendo:

I - no Orçamento Fiscal: R\$ 872.646.617,80 (oitocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta centavos);

II - no Orçamento da Seguridade Social: R\$ 347.342.382,20 (trezentos e quarenta e sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).

Art. 5º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e sub-funções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS	(valores em R\$)
01 – Câmara Municipal de Sumaré	29.080.000,00
02 – Prefeitura Municipal de Sumaré	1.071.793.000,00
03 – Agência Reguladora Serviços Públicos Municipais	50.000,00
04 - Instituto Assistencial do Município de Sumaré	2.983.000,00
05 – Fundo de Previdência Social do Município de Sumaré	116.083.000,00
Total do Orçamento por Órgão	1.219.989.000,00

(NM)



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

POR NATUREZA DA DESPESA	(valores em R\$)
3 – Despesas Correntes	970.268.633,18
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	519.452.029,98
3.2 – Juros e encargos da Dívida	1.000.000,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	449.816.603,20
4 – Despesas de Capital	166.329.598,11
4.4 – Investimentos	95.103.298,32
4.6 – Amortização da Dívida	71.226.299,79
9 – Reserva de Contingência	83.390.768,71
9.9 – Reserva de Contingência	83.390.768,71
Total do Orçamento	1.219.989.000,00
POR FUNÇÃO DE DESPESA	(valores em R\$)
01 – Legislativa	29.080.000,00
03 – Essencial à Justiça	426.584,21
04 – Administração	287.774.853,28
06 – Segurança Pública	1.208.484,03
08 – Assistência Social	47.346.888,98
09 – Previdência Social	43.792.196,69
10 – Saúde	256.197.596,54
12 – Educação	339.941.450,40
13 – Cultura	1.035.239,05
15 – Urbanismo	64.263.438,46
16 – Habitação	814.500,00
18 – Gestão Ambiental	1.112.619,43
19 – Ciência e Tecnologia	204.997,84
20 – Agricultura	16.500,00
23 – Comércio e Serviços	376.345,00
26 – Transporte	54.108.773,21
27 – Desporto e Lazer	4.929.746,87
28 – Encargos Especiais	9.518.000,00
99 – Reserva de Contingência	77.840.786,01
Total do Orçamento	1.219.989.000,00

Parágrafo único. Integram o Orçamento Fiscal ou o Orçamento da Seguridade Social, conforme o vínculo institucional de cada uma das entidades, as dotações orçamentárias à conta do Tesouro Municipal, das receitas próprias e das receitas vinculadas, destinadas a seus fundos e autarquias.

SEÇÃO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS

SUPLEMENTARES

(NM)



Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir no curso da execução orçamentária de 2023, créditos adicionais suplementares, até o limite de **20% (vinte por cento)** da despesa total, considerando os seguintes recursos:

a. Por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do inciso I, artigo 43, da Lei Federal nº 4320/64;

b. Provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do inciso II do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

c. Provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei, na forma do inciso III do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

d. Por conta de recursos oriundos operações de créditos, na forma do inciso IV, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

II - abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

III - abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite estabelecido no inciso I.

Parágrafo único. Não onerarão o limite previsto no inciso I deste artigo os créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas de natureza de pessoal e encargos sociais, inclusive inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de **10% (dez por cento)** do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

SEÇÃO IV DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 7º Fica o Poder Executivo, autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de **5% (cinco por cento)** da receita total estimada para o

(NM)

exercício de 2023, observadas as condições estabelecidas no artigo 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

SEÇÃO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Ficam alterados os programas de governo, ações governamentais e metas financeiras do PPA e da LDO, nos termos estabelecidos nesta lei.

Art. 9º As metas fiscais do exercício de 2023, a que se refere o artigo 5º da Lei Municipal nº 6.878, de 06 de julho de 2022, ficam reprogramadas nos termos desta lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

Câmara Municipal de Sumaré, 16 de dezembro de 2022.

WILLIAN SOUZA
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré, aos 16 de dezembro de 2022.

CLODOVY DOTA TELLES
Gestor de Planejamento Estratégico de Assuntos Legislativos